

PUC PELA DEMOCRACIA REMEMORA A INVASÃO DA UNIVERSIDADE EM 1977

No dia 22 de setembro de 2022, passados exatos 45 anos da invasão da PUC-SP, um grande evento no TUCA lembrou a barbárie que se abateu sobre a universidade naquele momento. O ato foi organizado por diversos cursos e faculdades da PUC-SP em parceria com o Prerô (Grupo Prerrogativas) e o Washington Brazil Office. Porém o ato não serviu unicamente como uma lembrança, mas lembrou o grande desafio que teremos pela frente nas próximas semanas quando uma eleição visceral para o país acontece em um clima de terror fascista.

Na abertura do evento o grupo musical Cia. Do Tijolo emocionou a todos com uma teatralização da canção Samba da Utopia de Jonathan Silva. O ato foi apresentado pelo jornalista Chico Pinheiro, que chamou em primeiro lugar a reitora em exercício Angela Brambila Lessa, que lembrou o papel de resistência da PUC-SP durante os anos de arbítrio.

Na sequência o professor José Arbex Jr. do curso de Jornalismo, que estava na PUC-SP em 1977, reafirmou a PUC-SP como espaço de liberdade e luta “A democracia é nossa vocação”. A professora Rosalina Santa Cruz, falou como representante da Comissão da Verdade da PUC-SP e relatou a sua trajetória nos anos

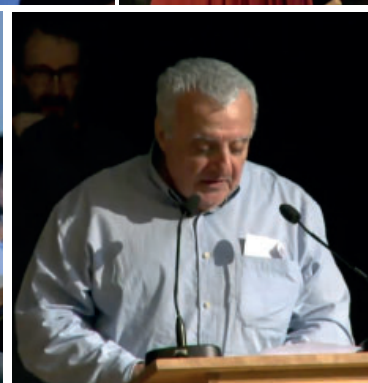
de chumbo da ditadura militar quando teve seus familiares presos e mortos e ela própria sofrendo torturas físicas. Na sua fala Rosalina fez uma homenagem a Margarida Genevois, presidente honorária da Comissão Arns. A professora da Faculdade de Direito Sílvia Pimentel, que foi chefe de Gabinete da professora Nadir Kfoury, afirmou que a PUC-SP e o Teatro da Universidade Católica têm sido um baluarte na defesa das liberdades democráticas no país. O ex-aluno e diretor do CIEE Ricardo Melantonio narrou os fatos do dia 22/09/1977, quando ele, com 19 anos, era estudante da Faculdade de Direito e participava do III Encontro Nacional para a reconstrução da UNE, no antigo Salão Beta.

O jornalista Helio Campos Melo narrou o seu trabalho fotográfico na cobertura do dia 22/9. Maria Vitória Benedita da Comissão Arns, reivindicou o direito à memória diante de tantas atrocidades cometidas pela ditadura militar. A atriz Tuna Dwek, ex-aluna, da PUC-SP, em uma fala emocionada, destacou o papel da professora Bia Abramides, da APROPUC, durante a ditadura militar. James Green do Washington Brazil Office, leu o manifesto internacional em defesa da de-

Continua na página seguinte



Fotos e captura de imagens Mathews Monteiro



Ao alto a teatralização do Grupo Cia do Tijolo; abaixo os presidentes, João Batista Teixeira, APROPUC, Maria Helena Borges, AFAPUC e Cris Fairbanks, APG; na sequência a reitora em exercício Angela Lessa e o professor José Arbex Jr.; abaixo a fala de Rosalina Santa Cruz tendo ao fundo a foto de Margarida Genevois.

Continuação da página anterior

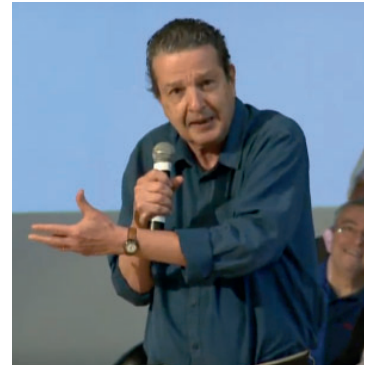
mocracia no Brasil elaborado pelo Washington Brazil Office e assinado por dezenas de intelectuais e personalidades em todo o mundo que narra a ameaça de contestação dos resultados eleitorais por parte do presidente e do Exército.

APG, APROPUC e AFAPUC

Cris Fairbanks, presidente da APG-PUC, afirmou que os estudantes hoje se reconhecem como movimento estudantil herdeiro do movimento estudantil de 1977 e também emocionou a plateia ao desfaldar a bandeira brasileira sob as palavras de Viva a Democracia. João Batista Teixeira da Silva, presidente da APROPUC, colocou o papel da associação em defesa da democracia no país contra um governo proto-fascista, mas também lembrou que apesar da imagem de vanguarda da PUC-SP no século XX, temos embates com a Fundasp (veja íntegra do discurso na página 3). Maria Helena Borges, presidente da AFAPUC, destacou o papel das mulheres nas lutas e no dia a dia da universidade, fazendo uma menção especial às alunas feridas na invasão de 1977 (veja íntegra do discurso na página 4). Camilo Mota falou em nome dos estudantes da graduação defendendo a democracia atacada pelo bolsonarismo mas, também lembrou do projeto de universidade danoso hoje encetado pela Fundasp. Aproveitando também para conclamar à retomada do DCE-PUC-SP. João Pedro Stedile do Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra historiou os golpes contra o povo brasileiro nesta década e acentuou a importância das próximas eleições que serão uma escolha entre a burguesia fascista e um outro caminho representado por Lula que defende uma alternativa popular. O jornalista Juca Kfourri relembrou o papel de sua tia Nadir Kfourri na luta pela democracia nos anos 70, assim como a atuação de D.Paulo Evaristo Arns. Milton Barbosa do Movimento Negro Unificado destacou a luta dos povos negros que são vítimas prioritárias dos órgãos de repressão brasileiro, assim como aconteceu com o sambista Pato N'água na década de 60. Os indígenas foram lembrados pela professora Daniela Reis, do Projeto Pindorama, que falou sobre os 8300 indígenas mortos durante o período da ditadura militar, para ela enquanto em 77 os professores e estudantes da PUC-SP eram violentamente atacados os indígenas passavam por violenta repressão. A indígena Vanuza Kaimbé destacou que a defesa dos povos originários é bonita mas que está faltando a prática e que a PUC-SP também deveria aprofundar as suas ações em defesa dos povos indígenas.

José Eduardo Cardozo, professor da PUC-SP e ex-ministro da Justiça, assim se expressou: "a invasão me fez lutar pelas minhas utopias". Finalizando o ato professor José Arbex Jr leu o manifesto Vigília Permanente em Defesa da Democracia que mostra as preocupações com a situação brasileira. Nesse sentido todos foram conclamados a divulgar atos e informações em defesa da democracia. Também fize-



Mais alguns momentos do ato do dia 22/9: Ao alto a plateia do Tuca, abaixo João |Pedro Stedile do MST e o Jornalista Juca Kfourri; ao lado o professor da PUC-SP José Eduardo Cardozo

ram falas no ato João Brandão – Presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto; Marco Aurélio de Carvalho – Grupo Prerrogativas; Padre Tarcisio Mesquita – CNBB; Bruna Brelaz -presidente da UNE; Priscila Beltrami - OAB-SP;

Pedro Kelson –Coordenador do Pacto pela Democracia; Kenarik Boujikian – Associação dos Juristas Brasileiros pela Democracia; Tiago Tanji Presidente do Sindicato dos Jornalistas e Vinicius Soares –ANPG

Filme discute negacionismo do governo Bolsonaro durante a pandemia

Também no dia 22/9 aconteceu na PUC-SP a primeira exibição do filme Eles Poderiam Estar Vivos um documentário independente, dirigido e produzido pelos irmãos Gabriel e Lucas Mesquita. O filme traz depoimentos de pessoas que perderam familiares e amigos durante a pandemia da Covid-19. Também tem entrevistas de profissionais da área da saúde como médicos, epidemiologistas e pesquisado-

res. O longa tem como objetivo mostrar como a estratégia do governo durante a pandemia e o negacionismo perante a vacina são responsáveis por pelo menos metade das mais de 680 mil mortes que aconteceram no Brasil desde 2020 pela infecção por Coronavirus.

O filme pode ser visto no Youtube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=XHrMATXfQ8c>

Fala da APROPUC no Ato pela democracia

A APROPUC – Associação dos Professores da PUCSP - se soma aqui hoje à comunidade puquiiana, a outras instituições e à sociedade civil em defesa de uma concepção que nos é fundamental, em defesa da democracia. Democracia esta que vem sendo repetidamente aviltada nos últimos quatro anos por um governo que sufoca a saúde do povo brasileiro, depaupera a educação, procura constantemente subtrair direitos da população trabalhadora brasileira.

Hoje, lembramos os 45 anos da invasão da PUC - SP pela Polícia Militar. É unânime a opinião de que o ataque das forças do regime militar contra os estudantes ocorrido nesta universidade é um marco funesto no embate pela redemocratização do país. Nós, da APROPUC, endossamos tal opinião. O próprio coronel Erasmo Dias, infame comandante da operação, afirmou que a invasão se converteu em uma bandeira do movimento estudantil e da sociedade em geral contra o regime militar, ao dizer: "Eles [os estudantes] queriam transformar a reorganização da UNE em notícia. Conseguiram na PUC".

Na PUC, então, já respirávamos ares democráticos. Ao receber professores exilados, a PUC liderada por D. Paulo Evaristo Arns exibia resistência e seu amor a democracia. Realizamos a primeira eleição direta para reitor no Brasil e elegemos a primeira reitora de uma Universidade Brasileira – prof^a Nadir Kfourri, a mesma que disse ao infame Erasmo Dias; “Não dou a mão a assassinos”, negando-se a cumprimentá-lo. Hoje, como há 45 anos, estamos com a Reitora Nadir Kfourri: não damos nossas mãos a assassinos.

Um ano antes, 25 de setembro de 1976, era fundada a APROPUC-SP em um ambiente de resistência à ditadura militar. Desde então, as histórias da PUC e da APROPUC-SP se entrelaçam, ora unidas em favor da democracia no país, da autonomia e democracia universitárias da qualidade de ensino voltada às questões sociais, de melhores condições de trabalho às professoras e professores, ora opostas, como nas demissões em massa em 2005, quando cerca de 1.000 professores e funcionários foram demitidos no que foi a maior crise desta instituição, e nós da APROPUC nos posicionávamos contrariamente a essas demissões. Ou em 2011, quando o Cardeal d. Odilo, presidente da FUNDASP, nomeou a última colocada nas eleições diretas para

reitor, rompendo com a tradição de mais de trinta anos, durante os quais foram nomeadas e nomeados os primeiros colocados eleitos pela comunidade Puquiiana. A comunidade respondeu com greve, numa mostra clara de que não concordávamos com o rompimento da democracia e autonomia universitárias. Este mês, nós docentes fomos surpreendidos com uma redução da ordem de 10% dos nossos salários, quando a mantenedora unilateralmente e sem informe prévio rompe com uma prática de 35 anos, reduzindo a base de cálculo salarial docente de 5 para 4,5 semanas, estabelecida por um Acordo Salarial Interno firmado em 1987. Em assembleia decidimos unanimemente um conjunto de ações e uma data de paralisação, que contou com a participação maciça do corpo discente da Universidade. A paralisação que contou com a adesão quase total dos professores e estudantes nos diversos campi da PUC-SP culminou em um acordo em que a mantenedora reconhece e mantém o direito adquirido dos docentes da PUC-SP.

E é neste cenário de lutas, lembranças e resistências que estamos reunidos mais uma vez neste emblemático TUCA, incendiado duas vezes durante a ditadura, em defesa da democracia brasileira. Os tempos clamam por resistência, luta e união das forças democráticas em favor do povo brasileiro. Vivemos à sombra de 685 mil mortos vitimados pela COVID-19, mas sobretudo pela inépcia de um governo que tratou a Covid divul-

gando fake news, negando compra de vacinas e sistematicamente apregoando “tratamento precoce” ineficaz. Lembramos de quem zombou dos brasileiros que sufocaram por falta de oxigênio, denominou a pandemia de “gripezinha”, sabotou o uso de máscaras e afirmou não ser covão. Sabemos quem desviou verbas da Educação e cortou bolsas de estudo, paralisando a ciência e sucateando universidades enquanto negociava propinas escusas em barras de ouro nos escritórios do MEC.

Diariamente testemunhamos pessoas revirando lixo, à procura de alimento para sobreviver, enquanto aquele que se autodenomina “supremo mandatário” nega a fome, mente, esbanja dinheiro público, sai em viagens internacionais recusando encontros importantes para discursar de sacadas e fazer algazarras em churrascarias. Chega desta ostentação. De outra forma, a invasão ocorrida aqui na PUC-SP continua a se repetir, na violência da fome que oprime 30 milhões de brasileiros, na brutalidade do desemprego que supera os 20 milhões, no confinamento da população infanto-juvenil durante a pandemia, sem acesso à Educação por nenhum meio.

Nesse sentido, a APROPUC -SP, parte constitutiva da comunidade puquiiana – estudantes, funcionários e professores – solidária e unida à sociedade civil como um todo em favor da democracia, que no último quadriênio vem sendo sistematicamente atacada. Que venham dias melhores!

ATO EM DEFESA do
JORNALISMO
e da **DEMOCRACIA**

[terça-feira] **27/09** [às] **19h**

[PUC São Paulo]
Auditório 239 – Prof. Paulo Barros de Carvalho
Rua Ministro Godoi, 969, Perdizes

Intervenção da AFAPUC no Ato do dia 22/9

Hoje completamos 45 anos que a nossa PUC foi invadida por militares fortemente armados para reprimir uma reunião pacífica de estudantes que discutiam a reorganização de suas entidades representativas, colocadas na ilegalidade pelo golpe militar de 1964.

Neste dia mais de 500 estudantes entre homens e mulheres foram detidos pelos agressores e destes, 19 foram vítimas de ferimentos, causados por meio de uso de bombas de diversos tipos, contudo, a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo recusou-se a reconhecer sua culpa pelos ferimentos infligidos aos estudantes. Cabe destacar que destes 19, 18 eram mulheres.

Como Lembrar é Resistir: Saúdo nossas alunas que foram vítimas das bombas na invasão: Maria Cristina Raduan, Graziela Eugênia Augusto, Iría Visone, Virgínia Maria Fizzetto, Sonia Regina Martins e Jurena Stulp, e em nome delas, saúdo a todas e todos os presentes.

As mulheres na história do Brasil sempre foram relegadas a cidadãs de segunda classe. Pouco menos de 100 anos se passaram da luta pelo direito ao voto, ao direito ao trabalho fora de casa e ao direito ao ensino superior. Com o fim da ditadura militar e da

entrada em vigor da constituição cidadã de 1988, se iniciou uma nova era para os direitos das mulheres, temos também a publicação da Lei Maria da Penha, da Lei do Femicídio e as mudanças no código civil, todos com grande significado para as mulheres.

Em 2010 vemos a primeira mulher eleita presidenta da República, Dilma Rousseff. Tal ato poderia até sinalizar que definitivamente teríamos a palavra de ordem dos anos de 1970, “nossos corpos nos pertence”, definitivamente como uma verdade.

Ledo engano.

Em 2016, em um golpe de base misógina, capitaneado por uma aliança jurídico-empresarial-midiática, com apoio velado dos EUA e de setores militares brasileiros, Dilma foi impichada por um congresso dominado por homens brancos, heterossexuais e, cisgêneros que, no momento de maior infâmia, no voto daquele parlamentar que assumidamente defende a tortura e a morte dos opositores, saúda um dos maiores torturadores reconhecidos da ditadura militar brasileira, por ter torturado com requintes de crueldade a nossa presidenta. Este ser inominável por conta de uma campanha, nunca antes vista na história deste país, contra a política, os políticos,

a liberdade de expressão daqueles que não pensam igual a eles, de um discurso de ódio, de uma retórica de ódio, de um incentivo a violência contra os diferentes, se elege em um processo eleitoral manipulado.

Sua chegada ao poder, para todo o Brasil não poderia ter sido pior. Para nós mulheres então nem se fala.

A perda de direitos sobre nossos corpos com a tentativa de criminalização total do aborto, inclusive em casos de estupro, com a proibição de laqueadura sem a autorização do homem e outras medidas nos fazem lembrar do seriado de streaming “O conto da Aia”.

As reformas trabalhistas e da previdência, que foram aprovadas a toque de caixa após o golpe de 2016, colocam a mulher em uma situação de vulnerabilidade ainda maior onde sua jornada de trabalho é mais extensa e seu salário é menor do que dos homens. Hoje, na sociedade, com a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, as mulheres são chefes de família com a maior parte da renda familiar advinda do seu trabalho. Sem contar a chamada dupla jornada familiar que por conta do machismo e da misoginia ainda tem sob seus cuidados a tarefa de organizar seus lares.

A AFAPUC – Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP/Fundasp em seus 44 anos de história foi presidida por 3 mulheres:

Maria Bernadete Maciel, Marta Bispo da Cruz e essa que vos fala. Ou seja, mesmo com todos os avanços e sendo maioria na PUC, nós mulheres ainda continuamos lutando por ocupar espaços predominantemente liderados por homens.

Tal realidade é um reflexo da nossa sociedade, seja nas instituições privadas ou públicas e, principalmente, nas eletivas onde as mulheres não ocupam sequer 30% dos cargos reservados às cotas partidárias. Nós mulheres precisamos continuar buscando ampliar nossos espaços e nossos direitos na sociedade!!! A luta das mulheres é a luta pela democracia, sua construção, ampliação e radicalização.

A luta continua, companheiras e companheiros. Neste ano temos a possibilidade de darmos nossa contribuição à preservação do estado democrático de direito!!!! Para isso precisamos eleger um governo compromissado com as pautas populares, com o diálogo para a construção de consensos e com a nossa luta. VIVA A DEMOCRACIA DENTRO E FORA DA PUC!

Deputada sofre ameaças em São Paulo

A deputada estadual Isa Pena, do PCdoB, denunciou ter sofrido ameaças de morte pela internet em virtude do seu pedido de cassação do deputado bolsonarista que agrediu a jornalista Vera Magalhães.

A APROPUC e a AFAPUC se solidarizam com a deputada e ex-aluna da PUC-SP repudiando mais este ataque às mulheres que lutam por liberdade democrática no país.

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE: PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

Mobilização com paralisação garante a vitória docente contra corte nos salários

No dia 21/9 foi depositado pela Fundasp o valor que havia sido confiscado dos salários docentes em virtude da aplicação do critério de 4,5 semanas, quando um acordo salarial de 1987 garantia o pagamento a base de 5 semanas. A vitória só foi possível depois de uma ampla mobilização da categoria com assembleias muito representativas e uma paralisação geral em todos os campi no dia 13/9. A adesão dos estudantes foi fundamental e deixou claro que o não pagamento dos salários a que os docentes tinham direito não é o único problema da universidade. Pelo contrário nos atos públicos na Prainha e nas passeatas pelas ruas de Perdizes ecoaram as manifestações quanto ao sucateamento contínuo a que a universidade está exposta.

Essa degradação vem ocorrendo desde 2006, quando a Fundasp entrou na universidade e promoveu cortes, dispensas de docentes e funcionários, aumentos abusivos de mensalidade, aumento das horas em sala de aula e consequente diminuição de contratos docentes.

Porém a luta unitária de estudantes, professores e funcionários mostrou o caminho para os futuros embates que devem ocorrer daqui para a frente, pois a

Fundasp, na contramão de tudo o que prega a Igreja, confrontando a economia de Francisco, prefere alinhar-se com aqueles que defendem a mercantilização do ensino

Apoios

Por outro lado, o apoio externo foi fundamental, dezenas de entidades e movimentos sociais, professores e políticos de uma maneira geral demonstraram seu posicionamento em favor daqueles que estavam sendo prejudicados em seus vencimentos.

Deputados e vereadores se manifestaram nos atos e divulgaram em suas redes sociais a sua solidariedade com os professores da PUC-SP. Carlos Giannazzi prontificou-se, inclusive, a chamar uma audiência pública na Assembleia Legislativa onde Dom Odilo Scherer e a Fundasp seriam sabatinados sobre a crise da universidade.

Mas a Fundasp, em suas comunicações com a comunidade, revelou um tom belicoso, desqualificando por vezes as demandas do Consun, que se posicionou favoravelmente aos docentes e tentou intermediar a crise. No último comunicado a mantenedora afirmava equivocadamente que a APROPUC possui 156 associados, quando na verdade ela tem filiados 375 professores, que

não constavam dos registros de repasse em folha de pagamento da Fundasp, que de uma forma absurda, com mais um ataque brutal à APROPUC, exigiu a anuidade para desconto com firma reconhecida, coisa que todas as instâncias governamentais já aboliram de suas práticas. Também não é verdade a afirmação de que nas assembleias da APROPUC só votam os associados. Lá o voto é aberto para todos os professores da PUC-SP.

Acordo salarial

Pelo acordo firmado entre o Sinpro-SP, APROPUC e Fundasp, a base salarial de 5 semanas é um direito pleno e irrevogável de todos os professores que ingressarem na PUC-SP até 31/12/2022. A partir dali passa a vigorar a base de 4,5 semanas para os ingressantes. Mas a luta dos professores continua pela isonomia salarial, por salário igual para trabalho igual, por unificação da carreira docente e respectivo desrespeitamento que já dura anos dilapidando as condições de trabalho dos professores. A APROPUC fará uma reunião geral dos professores na próxima quarta-feira dia 28/09 às 15 h e enviará o link com antecedência com a pauta: Balanço de nossa luta com conquista de recupera-

ção do salário confiscado em 10% pela Fundasp do direito adquirido desde 1987 e Continuidade de nossas lutas: Contrato de trabalho unificado e isonomia salarial.

Porém este ano ainda reserva muita luta aos docentes da PUC-SP e de todo o ensino superior das universidades privadas de São Paulo: o SEMESP em sua última reunião com a FEPESP, Federação dos Professores do Estado de São Paulo, recusou mais uma vez o reajuste de 10,8% proposto pelo juiz mediador do Tribunal Regional do Trabalho. A última proposta patronal é um reajuste de 7% a partir de setembro e uma complementação de 3,57% em fevereiro de 2023, o que não cobre a inflação do período, uma vez que a data base da categoria é março.

Dessa maneira foi escolhido como relator do dissídio coletivo o desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto. O prazo para as mantenedoras apresentarem sua defesa terminou na quarta-feira, 21/9 e, segundo informações colhidas pelo PUCviva, o julgamento deve acontecer nos próximos 20 dias. A categoria está em estado de greve e uma nova assembleia pode ser chamada a qualquer momento para analisar e decidir os próximos passos da luta pelo reajuste salarial.

Direito de resposta

DERDIC irá ampliar e fortalecer sua atuação

Em completa oposição ao que foi veiculado na última edição do PucViva, de nº 1162, (Fundasp fecha escola para crianças surdas da Deric), a DERIC, mantida pela FUNDASP, não só não vai fechar, como ainda vai se expandir e fortalecer: inaugurará, em 2023, o Ensino Médio para alunos surdos, coisa que o Estado não fornece, oferecendo uma garantia de empregabilidade dos jovens e o acesso ao ensino superior! Esta iniciativa atende à enorme demanda de alunos bilíngues da cidade de São Paulo, que con-

cluem o Ensino Fundamental e não encontram oportunidades para continuar seus estudos em Língua de Sinais-Libras.

Os cerca de 35 alunos do 7º, 8º e 9º anos permanecerão na Deric e serão acompanhados cuidadosamente em suas transições para o Ensino Médio. Assim, a Deric amplia e fortalece sua atuação na Educação e empregabilidade de jovens surdos, continuando a preencher, de modo primoroso, uma lacuna na educação de jovens usuários de Libras.

Fundação São Paulo

Nota da redação

A matéria divulgada pelo PUCviva na semana passada está baseada em reportagens da CBN que podem ser encontradas em <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/387176/fechamento-parcial-de-escola-bilingue-para-crianca.htm>.

Lá o portal entrevista mães de alunos que reclamam contra o fechamento.

Também pode ser consultado o

Twitter do ex-aluno da Deric Jorge Suede, que, conclamando a todos à luta contra o fechamento assim se expressa: “ a Deric é referência na educação bilíngue, o fechamento vai gerar um aumento de procura em outras escolas - que já são poucas, pois as outras fecharam também.

(...)como ex-aluno, sou contrário ao fechamento, pois se estou aqui onde estou, é graças a essa escola (e aos professores que são incríveis).

FALA COMUNIDADE

Lembremo-nos de 1977

Plínio Gentil

“Em Universidades a Polícia só pode entrar pelo vestibular”. É o que dizia, logo após a conhecida invasão do campus da PUC de S. Paulo, o então cardeal arcebispo da Capital, D. Paulo Evaristo Arns

Por vezes violenta, por outras inexplicavelmente complacente, a polícia militar recebe freqüentes críticas, dos mais variados setores. No momento atual, em que alguns governantes, explícita ou implicitamente, incitam os excessos e a ruptura institucional, é sempre bom alimentar o espírito dos democratas com a recordação de passagens representativas da resistência ao abuso e de afirmação da cidadania, notadamente de um tempo em que a sociedade clamava por respeito à vida e, no jargão da época, pelas liberdades democráticas. Melhor ainda quando salpicadas de traços pitorescos de um lado, heróicos de outro. Para quem tem este gosto cai-pira por contar e ouvir causos, aí vai:

“Em Universidades a Polícia só pode entrar pelo vestibular”. É o que diz, logo após a conhecida invasão do campus da PUC de S. Paulo, o então cardeal arcebispo da Capital, D. Paulo Evaristo Arns, grão-chanceler da universidade e presidente de sua fundação mantenedora. A invasão por tropas da Polícia Militar ocorreu porque havia a notícia de que ali se preparava um novo congresso de estudantes, o III Encontro Nacional. Corriam os anos de chumbo, mais precisamente 1977, e a Pontifícia Universidade Católica não despertava nenhuma simpatia por parte do regime militar. Ela já se tornara, fazia anos, uma conhecida trincheira de resistência aos abusos dos porões da ditadura, aparatos à margem dos go-

vernos militares, mas que por longo tempo atuaram com sua complacência. Estavam acostumados a agir sem controle e já tinham feito incontáveis vítimas, tidas como praticantes de suicídio, mortas em confronto com a polícia, ou simplesmente desaparecidas. Para agravar a ira da ditadura, a universidade teve o desplante de acolher em seu corpo docente professores sumariamente demitidos, ou aposentados pelas universidades estatais, por suas convicções políticas progressistas.

A força policial era comandada pelo coronel Erasmo Dias, secretário da Segurança Pública do Estado, posto no cargo pelo segmento mais reacionário do governo federal, que tinha seu expoente no ministro do Exército, Sylvio Frota; este, menos de um mês depois, seria demitido pelo presidente da república Ernesto Geisel, pois era um obstáculo à distensão política “lenta, gradual e segura” do presidente. A demissão de Frota foi um acontecimento, pois até então, na história da ditadura brasileira, era o Exército quem dava ordens ao presidente e não o contrário; foi a partir daí que a abertura política avançou, culminando com a revogação do AI-5, a suspensão da censura e, mais tarde, a lei da anistia. Foi nesse contexto que D. Paulo, sua equipe e a universidade que dirigiam escreveram belas páginas de resistência ao arbítrio e à violência do regime, que por isso mesmo lhes demonstrava solene e explícita má vontade, do que a invasão é uma expressão eloqüente. A enorme vantagem da PUC nessa resistência é que ela não devia explicações aos governos, municipal, estadual, ou federal, tendo como chefe supremo ninguém menos do que o Papa – então Paulo VI –, líder de uma instituição milenar, contra a qual quase nenhum governo

se anima a brigar. Mesmo tendo em massa abraçado a Teologia da Libertação, havia uma posição de certo conforto no enfrentamento do regime, por vezes colorida com passagens dramáticas, como uma, que se deu na própria noite da invasão, e atualmente é contada pelo padre Edênio Valle, na época vice-reitor da universidade. É mais ou menos a seguinte:

Naquele início de noite havia no campus alguns acadêmicos de outras universidades e cidades, que ali se reuniram com o objetivo de preparar o famigerado encontro de estudantes, proibido pelo governo. Sendo “de fora” da PUC, não teriam desculpas para explicar sua presença ali, caso fossem apanhados, e possivelmente seriam submetidos às costumeiras sevícias da máquina da repressão. Foram, então, se esconder na torre da capela, que faz parte do “prédio velho” da Rua Monte Alegre e cujas grossas portas de madeira foram trancadas por dentro, dando abrigo aos “fugitivos”. Enquanto isso, a violência da invasão seguia o manual: policiais arrombando portas, soltando bombas de gás, pondo fogo em dependências do campus, destruindo livros; alunos e funcionários lesionados; filas de estudantes sendo detidos num estacionamento em frente à entrada principal... enfim o caos. Alguém noticiou ao coronel Erasmo a presença de estudantes suspeitos na torre da Igreja do Imaculado Coração de Maria, na verdade a conhecida capela da universidade. Ele chamou o padre Edênio e ordenou que abrisse a igreja. Este argumentou que, segundo as normas eclesiais, somente o pároco da capela, como o responsável direto, poderia autorizar essa medida. Erasmo então foi ao pároco – ficarei devendo seu nome – e

deu-lhe a mesma ordem. O altivo pároco simplesmente respondeu: “eu não abro, não posso fazer isto, o senhor, se quiser, que arrombe a porta e faça o que bem entender, é sua responsabilidade”. Erasmo, que esperava tudo, menos por isto, vacilou... Nunca aquelas portas de madeira talhada, que subitamente se agigantavam diante dele, poderiam lhe ter parecido tão pesadas. Pensou, fingiu conversar com alguém, coçou a cabeça, disfarçou... e decidiu ir fazer outra coisa. Os estudantes, abrigados na torre, sobreviveram incólumes e as espessas portas da capela permaneceram trancadas, guardando a vida dos que ali pediram abrigo.

Por mais forte que seja, o poder do arbítrio pensa mil vezes antes de violar o espaço sagrado, notadamente de uma instituição que só deve satisfações ao Vaticano... Pois bem, sem D. Paulo Evaristo, sua universidade e os bravos guerreiros que a defenderam, sem o compromisso de todos eles com a salvação dos perseguidos e a libertação dos explorados, algumas dessas páginas de heroísmo, que tanto ânimo nos dão, jamais teriam sido possíveis e, além disso, muito mais vidas teriam se perdido naqueles anos cinzentos. Ocorre que no tempo presente repete-se a necessidade de luta por justiça social e por legalidade democrática. E, por fim, se na PUC só se entra pelo vestibular, por aquelas portas da sua capela só devem passar pessoas de boa vontade. Também os noivos, que se forem alunos têm desconto, reza a lenda, na cerimônia de seu casamento. Mas isto já é um outro caso.

Plínio Gentil – Procurador de Justiça em S. Paulo. Associado fundador do Coletivo MP Transforma. Professor da PUC-SP.

FALA COMUNIDADE

Surpresa na calçada

Jorge Claudio Ribeiro

Só agora divulgo um encontro espantoso ocorrido comigo, em outubro de 1986. Eu caminhava até a PUC-SP, onde lecionava, quando me deparei com famoso colega professor, que eu havia entrevistado para o jornal Porandubas, desta Universidade. Abatido, seu rosto espelhava enorme tristeza, pele acinzentada, andava devagar, ofegante. Para aliviar, chupava bala de hortelã. A meia distância, seu motorista o observava. “Olá, Paulo, o que houve?”, perguntei. Sussurrou: “Ah, Jorge... meu amor morreu em meus braços”. Referia-se a Elza, com quem fora casado por 42 anos, tendo ambos gerado cinco filhos. Nos abraçamos.

Esse senhor era Paulo Freire, o pelé da pedagogia mundial, o patrono da Educação Brasileira. Ele mesmo, a quem o Inominável insulta sempre que pode, juntamente com sua família e seus milicianos. Em 1963, esse Paulo Freire fez a primeira aplicação de seu método de alfabetização popular, na pequena cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Freire e sua equipe da Universidade do Recife levaram apenas 40 horas para ensinar a leitura e escrita a 380 adultos. Nessa época, incorporando a experiência de Angicos, a gestão do presidente João Goulart propôs o Plano Nacional de Alfabetização, que formaria rapidamente educadores em massa e implantaria 20 mil classes, denominadas

“círculos de cultura”.

O golpe de 1964 eliminou esse projeto. Freire ficou preso durante 70 dias, acusado como traidor, por ter inventado um método inovador de conscientização e de alfabetização que ensina o povo a ler o mundo juntamente com a leitura das palavras.

Em 1979, Freire foi anistiado e, no ano seguinte, voltou ao Brasil, junto com Elza. Lembro-me que, ao desembarcar, usou linda e poética expressão, bem a seu estilo, para dizer de sua “alegria menina” ao retornar. Estabeleceu-se em São Paulo, tornando-se docente na PUC-SP e na Unicamp. Em 1988, a petista Luiza Erundina, recém-eleita prefeita da capital paulistana, convidou Freire para ser

secretário municipal de Educação, cargo que ele exerceu durante três anos.

Também em 1988, Paulo casou-se com a educadora e escritora pernambucana Ana Maria Araújo, ou “Nita”. Freire havia lecionado no colégio do pai dela, conheceu-a menina e, depois de tantas peripécias, orientou-a no mestrado da PUC-SP. O amor floresceu, casaram-se. Na entrega do título de Doutor Honoris Causa nessa Universidade, Paulo saudou Elza e Nita, dedicando a honraria “à memória de uma e à vida de outra”. Estivesse vivo, Paulo Freire completaria 101 anos, no dia 19 de setembro.

Jorge Claudio Ribeiro é ex-professor da PUC-SP

Nota de repúdio

Dalva Aparecida Garcia

Por meio desta repudio veementemente a política pública de educação pela Seduc- SP. O tratamento desumano e indigno que atinge o professor da Rede Pública de São Paulo ultrapassa o salário baixo aviltante. Se trata de descaso administrativo e incompetência que atinge a vida e a saúde de professores e funcionários da rede pública de ensino no Estado mais rico da região sudeste. Desde 1989 trabalhando na SEE- SP, vítima de

processo administrativo disciplinar provocado por denúncia anônima caluniosa sem qualquer respaldo documental que, inverteu a responsabilidade do Estado, jogando a responsabilidade de prova documental do denunciador anônimo para o denunciado fui condenada a suspensão sem salário por abandono de cargo com faltas médicas periciadas pelo próprio departamento de perícia médica da própria secretaria do Estado. De 2016 a 2022 tive minha vida funcional estancada im-

pedindo pedido de aposentadoria solicitado em 2015.

Esse forma truculenta, injusta e autoritária de tratar um professor que se dedicou a educação básica há mais de três décadas se estende frente a morosidade e impedimentos burocráticos derivados aos entraves oriundos de processos burocráticos nada ágeis, que impossibilita a obtenção de direito adquirido de aposentadoria. Vários foram os golpes de dimensão estadual e federal para diminuir o direito do trabalhador nesta nação. Mas

é preciso que os responsáveis estejam atentos para evitar ações criminosas e anti constitucionais.

Sendo assim, essa nota se dirige a todos os responsáveis por medidas arbitrárias que impedem direitos constituídos embora impunemente usurpados.

Dalva Aparecida Garcia - professora efetiva da rede de educação paulista. Escola Fernão Dias Paes. Diretoria de ensino Centro Oeste de São Paulo- SP. São Paulo

Aula magna debate conjuntura política

Na quarta-feira, 21/09, no auditório 333, aconteceu a aula magna “Conjuntura política: desafios e perspectivas” da área de Serviço Social PUC/SP - graduação e pós graduação. O evento que foi transmitido pelo canal do YouTube da Tv PUC, teve a presença

de: Samara Maranhão (representante discente pós graduação), Ravena Zanotti (representante discente graduação), Mauro Iasi (conferencista UFRJ) e a mediação de Marli Pitarello e Raquel Raichelis.

Os desmandos do do desgover-

no atual, mostram uma barbárie que ganha cada vez mais espaço no Brasil. Nesse sentido os debatedores fizeram uma análise de conjuntura voltada para uma dinâmica eleitoral que hoje se nos apresenta. Hoje as causas populares se chocam com inte-

resses precisos e, segundo Mauro Iasi, há a necessidade de derrotar aqueles que se beneficiam da tragédia que o país se encontra. Questões sobre o ensino superior brasileiro e seu constante sucateamento também foram debatidas pela mesa.